

NOW BRASILIS: A REVISÃO IRÔNICA DA FORMAÇÃO DE UM POVO

Rejane Cristina Rocha
FCLAr/Unesp/ doutorado Capes

Houve um tempo em que as naus desbravavam mares, delas avistavam-se terras desconhecidas e nelas lavravam-se autos de posse de tais terras. A obra ficcional objeto deste artigo passa-se nesse tempo, mas não ignora um outro tempo, em que naus são reconstruídas, mas não cumprem sequer seu papel festivo: navegar em mares bem menos inóspitos, com rumo e riscos previamente calculados.

Terra Papagalli, escrito em co-autoria por José Roberto Torero e Marcus Aurélius Pimenta e publicado em 1997 é uma obra ficcional que se movimenta e se constrói em meio às lacunas deixadas pela História oficial a respeito de um dos períodos menos documentados e mais controversos da História do Brasil: o descobrimento e as três primeiras décadas que o sucederam. É necessário ressaltar, contudo, que o fato a que se remete a ficção não é apenas aquele que foi documentado pelos cronistas e relatado pelos historiadores do século passado: é também o fato visto a partir do ponto de vista do presente, é o descobrimento do Brasil colocado em pauta hoje, próximo às comemorações dos 500 anos.

Dessa forma, a leitura de *Terra Papagalli* coloca-nos diante do passado e do presente, das portentosas esquadras lusitanas e da malfadada réplica da nau capitânea, construída para os festejos dos 500 anos de descobrimento do Brasil. O jogo temporal que perpassa toda a obra é apreendido pelo leitor graças aos expedientes da dissimulação irônica, que sugerem que o passado, aquele da diegese, se parece em muito com o presente, este da leitura.

A apreensão do enunciado irônico requer do leitor, em primeiro lugar, disposição para “ler” dois ou mais significados, simultaneamente, sem desprezar nenhum, ao mesmo tempo que apreende um terceiro, resultante do atrito desses dois, o qual chamamos, efetivamente, de significado irônico. Para observar de que maneira o atrito entre diferentes significados resulta na construção da ironia, podemos analisar o título da obra, *Terra Papagalli*. Nele, essa

convergência de significados relaciona-se tanto com a sua expressão em língua latina quanto com a sua transposição para o português.

Sabe-se que o conhecimento do latim foi, durante muito tempo, sinal conotador de cultura, já que os poucos letrados – religiosos e alguns representantes da nobreza – tinham a educação humanística pautada nos textos latinos. Com o passar do tempo e com a popularização da educação, o latim acabou tornando-se ornamento discursivo, ou seja, passou a ser instrumento para representar uma certa erudição, mesmo que forjada.

O título em latim da obra é o título dado pelo personagem principal, Cosme Fernandes, à carta biográfica que ele escreve ao seu filho, Conde de Ourique. O título contrasta com o teor da própria carta e, mesmo, com o feitio do escritor, cujo conhecimento da língua resumia-se às colas ocultas no capuz, à época em que estava no seminário. Esse contraste evidencia o desejo de Cosme de atribuir importância aos seus escritos.

No entanto, a utilização dessa língua coloca em funcionamento um outro significado, além daquele ligado à ostentação de um certo lastro cultural. Podemos, de acordo com o que afirma Beth Brait, encarar a expressão do título em latim como uma “forma de recuperação do já-dito” com objetivo irônico. De acordo com a autora, tais formas

não assumem ... a função de erudição, no sentido de invocação de autoridade e muito menos de simples ornamento. Ao contrário, são formas de contestação da autoridade, de subversão de valores estabelecidos ... Assim sendo, o processo de participação na constituição do interdiscurso irônico pode reverter não apenas figuras de autoridade, mas relativizar valores estabelecidos.¹

É necessário observar, sob risco de não colocar a ironia em funcionamento, que ao utilizar esse expediente – o de promover uma valorização forçada do discurso pelo emprego do latim – promove-se uma avaliação crítica desse tipo de expediente e dos discursos que dele se utilizaram.

Todos esses significados irônicos, que são colocados em funcionamento pelo uso da língua latina no título, aliam-se ao tom satírico da obra quando se percebe que o enunciado em

¹ BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 107-108.

questão (*Terra Papagalli*) é escrito, na verdade, numa espécie de “falso latim”. “Terra dos Papagaios” equivaleria à expressão latina “terra pappagallorum”, já que o caso genitivo plural é construído por meio da desinência “-orum” (a desinência “-i” acusa a construção do genitivo singular: terra do papagaio).

O personagem-narrador propagandeia seus falsos dotes intelectuais por meio de um expediente que, por sua vez, também é forjado. A utilização das conhecidas terminações latinas, que caracterizam as declinações típicas da língua cumprem o papel de enganar os incautos.

A transposição do título para o português coloca em pauta um outro tipo de reflexão por parte do leitor. A primeira pergunta a fazer é: por que Terra dos Papagaios²? Se a abundância, verificada pelo narrador, dessas aves na terra recém-aportada pode legitimar o título, a abundância de outros animais, insetos, plantas, também poderia. O *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* traz, no verbete “papagaio”, além das esperadas definições zoológicas, o seguinte: “pessoa que repete o que ouviu ou leu sem entender o sentido”³. Esse sinônimo admitido pelo dicionário colocará em funcionamento uma ironia que, mais uma vez, exigirá do leitor a disposição de apreender diversos significados, estendidos, também, para além da obra.

O vocábulo *papagaio* passará a evocar, então, sentidos relacionados à nossa história de colonização, dependentes e submissos economicamente e legalmente da Coroa Portuguesa durante três séculos. No entanto, esse sentido não fica restrito ao período colonial. A reiterada estratégia da obra de oscilar entre o dito sobre o passado e o dissimulado sobre o presente,

² A despeito de não termos encontrado referências claras a respeito, parece que o designativo “Terra dos Papagaios” já era empregado com sentido pejorativo à época das expedições que se sucederam à de Cabral. (Ver, a esse respeito, *O descobrimento do Brasil*, de Capistrano de Abreu [1976]). Há, também, indícios de um certo mapa em que as terras brasileiras figuravam com este nome. Conforme Azevedo, no artigo “Terra Pappagallorum”, publicado no jornal *Folha de São Paulo* em 26 de março de 2001, “um mapa de 1500, premonitivamente, já identificava o Brasil como a ‘Terra Pappagallorum’ e ‘Terra Pappagallorum: potrebe chiamarse Pindorama’”.

³ FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 1259.

autoriza que o leitor estenda o significado “pessoas que repetem tudo sem pensar ou entender” à nossa situação atual, em que importamos dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos, o que vemos na TV e no cinema, o que ouvimos no rádio, as roupas que vestimos e, até mesmo, muitas das palavras que falamos.

Observe-se que o funcionamento do significado irônico proposto acima depende não somente da transposição do título latino para o português, mas da apreensão, por parte do leitor, dos contextos⁴ que envolvem esse título e o seu equivalente em português.

Um outro excerto da obra também evidencia o que acima discutimos a respeito da dissimulação irônica que, em *Terra Papagalli* constrói um movimento temporal pendular caracterizado pela alternância entre o dito sobre o passado e o subentendido sobre o presente:

Primeiro mandamento para bem viver na Terra dos Papagaios
*Na Terra dos Papagaios é preciso saber dar presentes com generosidade e sem parcimônia, porque os gentios que lá vivem encantam-se com qualquer coisa, trocando sua amizade por um guizo e sua alma por umas contas.*⁵

É necessário ressaltar que esse primeiro “mandamento” é o primeiro de uma série de dez – o que nos remete, imediatamente, ao decálogo de Moisés – que o personagem Cosme Fernandes entremeia à narrativa de suas aventuras, para orientar o seu interlocutor, Conde de Ourique, a respeito dos costumes da nova terra.

Esse excerto relaciona-se com a narrativa que o antecedeu, com a narrativa que o segue e, sobretudo, com os outros nove mandamentos, e a sua leitura, assim contextualizada, oferece ao leitor significados que se relacionam, que se chocam: afinal de contas, fala-se realmente da Terra dos Papagaios, do Brasil de 1500? Ou o costume que ali se descreve pode ser aplicado aos dias de hoje, ao Brasil de hoje? A dúvida aumenta se retomarmos uma frase da orelha da obra, em que o resenhista, Bartolomeu Bisagudo, declara: “...para melhor

⁴ O vocábulo é entendido, aqui, na acepção tomada por Linda Hutcheon em *Teoria e política da ironia* (2000). À página 205, da referida obra, a autora define contexto como “todo o conjunto de suposições de fundo contra as quais você interpreta uma elocução” (N.V. Smith, 1989, p. 73, apud Hutcheon, 2000, p. 205).

⁵ TORERO, J. R. & PIMENTA, M. A. *Terra Papagalli*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 61.

instrução de quem se aventura pela Terra dos Papagaios, *hoje* Brasil”. A utilização do adjunto adverbial anteriormente sublinhado sugere a relação entre passado e presente.

O excerto acima reproduzido e todos os outros nove mandamentos são construídos por meio de um mesmo princípio: o da dissimulação. Fala-se de uma mazela de um tempo passado, esperando que o leitor estenda o significado para o presente, o seu próprio tempo. Fazendo isso, o leitor está, também, apreendendo o passado sob o ponto de vista do presente, participando de um jogo de contaminações mútuas que caracteriza toda a obra.

É necessário ressaltar que a apreensão dos significados irônicos do título e dos mandamentos, bem como os de toda a obra, exigem que escritor e leitor compartilhem informações a respeito de nosso passado histórico – não só informações historiográficas, oficiais, mas também toda a sorte de clichês e estereótipos que, de certa forma, também fazem parte de uma historiografia única, a que Jameson denominou “história *pop*”⁶ –, e de nosso presente enquanto nação.

É graças a esse compartilhamento de informações que o leitor pode apreender a ambigüidade irônica do título e dos mandamentos, aderindo ao que nesses enunciados está implícito: a crítica que, ao mesmo tempo, atinge passado e presente. Talvez um leitor pouco familiarizado com a corrupção – já folclórica – que graça no Brasil, ou um leitor que ignorasse que nossos modos e modismos são, em grande parte, “importados”, não conseguisse entender a ironia presente no título da obra e se convenceria de que são mesmo os gentios – e apenas eles – que trocam a mizade e alma por guizos e contas.

Compartilhar informações significa, de acordo com Linda Hutcheon, “compartilhar suposições em muitos níveis⁷”. Assim, a leitura de *Terra Papagalli* e a apreensão das ironias que perpassam a obra estão condicionadas, entre outras coisas, à percepção que o leitor tem de

⁶ JAMESON, F. *Pós-modernismo*. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996, p. 52.

⁷ HUTCHEON, L. *Teoria e política da ironia*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2000, p. 142.

dois momentos: o que antecede as comemorações dos 500 anos de descobrimento e o que é posterior a tais festejos.

A primeira edição de *Terra Papagalli*, publicada em 1997, antecedeu muitas das discussões a respeito dos quinhentos anos do “descobrimento” do Brasil e do início do processo de colonização. Os diálogos irônicos, estabelecidos entre essa ficção e dados de nosso passado histórico, podem ser apreendidos nesse contexto de publicação. Estão presentes, em suspensão, quando da leitura de *Terra Papagalli*, clichês a respeito do perfil intelectual e moral de nossos colonizadores, reflexões acerca das características absolutamente exploratórias de nossa colonização, desejos inconfessos de termos sido colonizados por outro povo europeu.

Contudo, esses diálogos são reafirmados ou, ainda, recriados numa leitura mais recente, levada a cabo depois das comemorações dos quinhentos anos, depois de todas as discussões que versaram sobre esse assunto, principalmente, no ano de 2000. As circunstâncias que hoje cercam a leitura da obra são diferentes daquelas de quando a obra foi publicada pela primeira vez ou, ainda, escrita.

Não é possível ler *Terra Papagalli* hoje, sem ter em mente a situação dos povos indígenas, denunciada à época das comemorações dos quinhentos anos; o próprio evento comemorativo que “barrou” a participação popular e indígena; os protestos dos povos indígenas que recusaram o pedido de perdão da Igreja Católica, pela indiferença com que encarou a dizimação dos seus antepassados; a viagem fracassada da réplica da nau capitânea e o seu recente abandono em um porto carioca.

Essa apreensão simultânea de significados relativos ao passado historiográfico e ao presente da leitura engendra um outro significado, ainda, o de avaliação crítica, julgadora, do processo de formação do país. Se a dissimulação irônica em *Terra Papagalli* faz ver no presente resquícios do passado, ao mesmo tempo em que faz olhar para o passado com olhos

do presente, parece patente que o que se deseja atingir com a atitude crítica da ironia é o processo de formação da nação, aí incluídos os hábitos e os costumes de seus habitantes, bem como a própria imagem de povo que tais habitantes construíram no decorrer desses quinhentos e tantos anos.

Em *Terra Papagalli*, não apenas o passado e o presente são avaliados por meio da expressão irônica, mas também – e, talvez, principalmente – o que perdura de um, no outro e que, podemos arriscar, continuará perdurando daqui em diante, no futuro. São os elementos que se estendem no presente na forma de vícios, tais como a corrupção das instituições e dos homens, a credulidade que favorece tanto os charlatões quanto os arrivistas, a infidelidade às ideologias, etc. (os mandamentos oferecem outros sete exemplos de vícios que perduram até hoje, no Brasil), que foram escolhidos como características de nossa formação enquanto povo, enquanto nação, e mirados de forma irônica.

Em suma, a leitura de *Terra Papagalli* pressupõe a compreensão da enunciação, e não somente do enunciado. A relação entre a ficção em si e tudo a que ela remete – seja a História, seja a situação do Brasil na atualidade, sejam os estereótipos que compõem o imaginário da nação – é imprescindível para a apreensão das ironias que compõem a obra. O leitor que estabelece tais relações é capaz de notar que, mais do que o passado ou o presente, o que é atingido pelas arestas⁸ da ironia é um certo “entretanto” no qual nos formamos como nação.

⁸ HUTCHEON, L. *teoria e política da ironia*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2000.